



CATÓLICA
PORTO

EDUCAÇÃO E
PSICOLOGIA

**EDUCAÇÃO, TERRITÓRIOS E
DESENVOLVIMENTO HUMANO**

ATAS DO
I SEMINÁRIO
INTERNACIONAL

VOL. II – COMUNICAÇÕES LIVRES

Ficha técnica

Título: Educação, Territórios e Desenvolvimento Humano: Atas do I Seminário Internacional, Vol. II – Comunicações Livres

Organizadores: Joaquim Machado (coord.), Cristina Palmeirão, Ilídia Cabral, Isabel Baptista, Joaquim Azevedo, José Matias Alves, Maria do Céu Roldão

Autores: Adérito Barbosa, Adorinda Gonçalves, Alcina Martins, Alexandre Ventura, Almerinda Coutinho, Amelia Alberto, Amélia Simões Figueiredo, Ana Carita, Ana Certã, Ana Cristina Castedo, Ana Cristina Tavares, Ana Isabel Vígário, Ana Maria Calil, Ana Melo, Ana Mouta, Ana Paulino, Ana Pereira, Ana Santos, Andreia Gouveia, Andreia Vale, Angélica Cruz, Angelina Sanches, António Andrade, António Neto-Mendes, António Oliveira, Bruna Ribas, Cândido Miguel Francisco, Carla Alves, Carla Baptista, Carla Cibele Figueiredo, Carla Guerreiro, Carolina Gomes, Carolina Mendes, Cátia Carlos, Christiane Barbato, Cicera Lins, Clara Freire da Cruz, Clara Gomes, Cláudia Gomes, Cláudia Miranda, Conceição Leal da Costa, Cristiana Madureira, Cristina Bastos, Cristina Palmeirão, Cristina Pereira, Daniela Gonçalves, Diana Oliveira, Diogo Esteves, Diogo Esteves, Elisabete Pinto da Costa, Elvira Rodrigues, Elza Mesquita, Emilia Noormahomed, Eva M. Barreira Cerqueiras, Evangelina Bonifácio, Fernando Azevedo, Fernando Sousa, Filipa Araújo, Filipe Couto, Filipe Matos, Flávia Freire, Florbela Samagaio, Francisca Izabel Pereira Maciel, Giane Maria da Silva, Giovanna Costa, Graça Maria Pires, Helena Castro, Helena Correia, Henrique Gomes de Araújo, Ilda Freire, Ilídia Cabral, Isabel Cavas, Isabel Machado, Isabel Rabiáis, Isabel Ramos, Isabel Santos, Isilda Monteiro, Joana Fernandes, Joana Isabel Leite, Joana Sousa, João Ferreira, João Formosinho, Joaquim Azevedo, Joaquim Machado, José Almeida, José Pedro Amorim, José Graça, José Matias Alves, José Pacheco, Juan Carlos Torrego Seijo, Laura Rego Agraso, Liliana Costa, Luís Castanheira, Luísa Moreira, Luísa Ribeiro Trigo, Luiz Filipe Machado, Macrina Fernandes, Magda M. R. Venancio, Mahomed Ibraimo, Márcia Leal, Margarida Quinta e Costa, Maria da Conceição Azevedo, Maria da Conceição Martins, Maria da Graça Ferreira da Costa Val, Maria de Lurdes Carvalho, Maria do Céu Roldão, Maria Helena Martinho, Maria Ivone Gaspar, Maria João de Carvalho, Maria José Rodrigues, Maria Lopes de Azevedo, Maria Lucimar Jacinto de Sousa, Marina Pinto, Marli Andre, Marta Garcia Tracana, Martins Vilanculos, Natália Costa, Nazaré Coimbra, Neusa Ambrosetti, Oscar Mofate, Paulo Carvalho, Paulo Gil, Raquel Mariño Fernández, Raul Manuel Tavares de Pina, Regina Coelli Gomes Nascimento, Renilton Cruz, Rosângela Gonçalves de Oliveira, Rosemar Lemos, Rui Amado, Rui Castro, Rui Cordeiro da Eira, Sandra Almeida, Sérgio Ferreira, Sílvia Amorim, Sofia Bergano, Sofia Oliveira Martins, Sónia Soares Lopes, Susana Gastal, Suzana Ribeiro, Teresa Guedes, Vitor Ribeiro, Vivian Assis, Vivianne Lopes, Zita Esteves

Design e Paginação: Departamento de Comunicação e Relações Públicas, Universidade Católica Portuguesa do Porto

Colaboração: Cristina Crava, Francisco Martins

ISBN: 978-989-99486-0-0

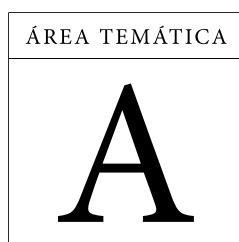
Editor: Universidade Católica Portuguesa do Porto. Faculdade de Educação e Psicologia

Local e data: Porto, 2015

PROJETOS LOCAIS E DESENVOLVIMENTO SOCIOCOMUNITÁRIO

COM.ID	TÍTULO	PÁGINA
A1	LAZER, FESTA E A MEDIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO As Rusgas no São João do Porto SUSANA GASTAL	19
A2	COMUNICAÇÃO O TRABALHO COMUNITÁRIO A PARTIR DAS CRIANÇAS: CONSTRUINDO RAIZES DE CIDADANIA RUI AMADO E FLORBELA SAMAGAIO	34
A3	UNIVERSIDADE E ESCOLA PÚBLICA ALIADAS NA BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE Projeto V.I.D.A. Valorização de idéias e desenvolvimento auto-sustentável ROSEMAR GOMES LEMOS, CAROLINA BAPTISTA GOMES E LUIZ FILIPE RODRIGUES MACHADO	48
A4	APRENDIZAGEM COOPERATIVA COMO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO ISABEL MACHADO & MARIA NAZARÉ COIMBRA	62
A5	PEDAGOGIA SOCIAL EM PORTUGAL Estatuto disciplinar, académico e profissional LUÍSA RIBEIRO TRIGO, RAQUEL RODRIGUES MONTEIRO & ISABEL BAPTISTA	75
A6	CIDADANIA E CONSTRUÇÃO CÍVICA REVISITANDO ADULTOS Um processo de capacitação na terceira idade AMÉLIA SIMÕES FIGUEIREDO & ISABEL RABIAIS	81
A7	O CINEMA COMO RECURSO PEDAGÓGICO NO QUEFACER FORMATIVO E PROFISSIONAL DOS EDUCADORES SOCIAIS: Análise das Suas Realidades e Perspetivas de Futuro em Portugal MARIA LOPES DE AZEVEDO & EVANGELINA BONIFÁCIO	89
A8	ALUNOS JOVENS (7 A 12 ANOS DE IDADE) PODEM APRENDER A IMPORTÂNCIA E A EVOLUÇÃO DAS PLANTAS? CASOS DE ESTUDO COM A METODOLOGIA IBSE ANA CRISTINA TAVARES, ILÍDIA CABRAL & JOSÉ MATIAS ALVES	95
A9	CAPACITAÇÃO DOCENTE INTERDISCIPLINAR PARA CUMPRIMENTO DA LEI BRASILEIRA 10.639 – UM AVANÇO NA EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA ROSEMAR GOMES LEMOS	110
A10	PERCEÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DOS ALUNOS O caso do Ensino Médio Técnico no Cuanza Sul, Angola CÂNDIDO M. FRANCISCO & MARIA DA CONCEIÇÃO MARTINS	126
A11	BOAS MARÉS Reflexão sobre uma dinâmica de parceria na área do Turismo Ambiental CARLA CIBELE FIGUEIREDO & SANDRA CORDEIRO	142
A12	PROJETOS NACIONAIS E REDES COLABORATIVAS LOCAIS O caso das atividades de enriquecimento curricular ANGÉLICA CRUZ & JOAQUIM MACHADO	154
A13	EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOCOMUNITÁRIO PELA VOZ DE ELEMENTOS-CHAVE DA COMUNIDADE SOFIA OLIVEIRA MARTINS & JOAQUIM AZEVEDO	167
A14	O DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA INFORMÁTICA E AS SUAS POTENCIALIDADES NO CONHECIMENTO DO SECTOR SOCIAL O Desenvolvimento Humano e o Desenvolvimento Tecnológico H.L. GOMES DE ARAÚJO & RUI LEITE DE CASTRO	180
A15	EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE COMO UMA ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE ALBERTO AMÉLIA MANDANE & NOORMAHOMED EMÍLIA VIRGINIA	193
PA1	EMPODERAMENTO COMUNITÁRIO: O reforço da transferência de aprendizagens através de uma metodologia pedagógica significativa ANA MOUTA, ANA PAULINO, FILIPE COUTO, JOÃO FERREIRA & NUNO ANDRADE	201

EDUCAÇÃO, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO
ATAS DO I SEMINÁRIO INTERNACIONAL



PROJETOS LOCAIS E DESENVOLVIMENTO
SOCIOCOMUNITÁRIO

PERCEÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DOS ALUNOS

O caso do Ensino Médio Técnico no Cuanza Sul, Angola

CÂNDIDO M. FRANCISCO¹ (candido-48@hotmail.com) & MARIA DA CONCEIÇÃO MARTINS² (cmartins@ipb.pt)

¹ Instituto Nacional de Petróleos, Cuanza Sul, Angola

² Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Bragança Bragança, Portugal

RESUMO

Angola é um país rico em recursos naturais. Contudo, a sobre-exploração agrícola, a caça, a desmatção, a poluição, ou o incumprimento das leis relativas ao uso de recursos são alguns dos problemas que o país enfrenta. Com a aprovação da Lei de Bases do Ambiente (1998), iniciaram-se experiências dispersas de implementação da Educação Ambiental (EA).

Com esta investigação pretendeu-se dar resposta ao seguinte problema: quais serão as percepções sobre EA dos professores que lecionam as temáticas ambientais nos Institutos Médio Técnicos, qual a relevância que lhe atribuem na formação dos alunos e o que consideram sobre a necessidade de ampliação do tempo letivo desta componente de formação? A técnica de recolha de dados utilizada foi o inquérito por questionário, elaborado propositadamente, dado na revisão bibliográfica não se ter encontrado um instrumento considerado adequado. A amostra foi constituída pela totalidade (15) dos professores dos Institutos Médio Técnicos do Cuanza Sul que lecionam a disciplina Fundamentos de Atitudes Integradoras (FAI).

Na opinião dos professores inquiridos parece consensual que a EA assume diferentes dimensões e o principal objetivo é estimular atitudes e comportamentos responsáveis. Todos consideram que FAI tem uma influência positiva nas atitudes dos alunos face à preservação do ambiente e todos concordam com o alargamento do seu horário. Todos referiram que não existem, mas que seria importante a realização de formações de EA para professores.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Educação Ambiental formal; Educação para o Desenvolvimento Sustentável; Ensino Médio Técnico.

ABSTRACT

Angola is rich country in natural resources. However, over-exploitation agriculture, hunting, deforestation, pollution, or failure to comply the laws on the use of natural resources are some of the problems faced by the country. With the approval of the Environmental Framework Law (1998), started up some experimental actions of environmental education (EE).

With this research we want to respond to the following problem: what are the perceptions about the EA for teachers who teach environmental issues in Middle Technical Institutes, what relevance they attribute in the training of students and what they think about the need to expand the school time in this training component? The data collection technique used was the survey, prepared purposely given in the literature review we did not find an instrument considered appropriate. The sample was composed by all (15) teachers of Middle Kwanza Sul Technical Institutes that teach the Integrators Attitudes Fundamentals course (FAI).

In the opinion of teachers surveyed seems consensus that EA has different dimensions and its main purpose is to encourage responsible attitudes and behavior. All consider that FAI has a positive influence on the attitudes of students to the preservation of the environment and everyone agrees with the extension of its time. All mentioned do not exist, but it would be important to conduct environmental education training for teachers.

Keywords: Environmental Education; Formal environmental education; Education for Sustainable Development; Middle Technical Education

1. INTRODUÇÃO

Face à gravidade dos problemas ambientais, e seguindo as recomendações que resultaram das conferências internacionais organizadas pela ONU nas últimas décadas, os governos à escala mundial têm tomado uma série de medidas, entre as quais se destaca a inclusão da Educação Ambiental nos currículos escolares, conferido à Escola um papel essencial na sensibilização e educação urgente das populações. Segundo Fernandes, Gonçalves, Pereira e Azeiteiro (2007), a Escola constitui-se, assim, como um lugar de relevo para promover a mudança e providenciar os esclarecimentos necessários, veiculando os valores ambientais no sentido de formar cidadãos mais esclarecidos e responsáveis.

A Educação Ambiental (EA) tem como intuito contribuir para que todos os indivíduos, através de um processo de formação contínua, adquiram os conhecimentos e desenvolvam as competências necessárias para o exercício de uma cidadania responsável, que se traduza por um sentido de participação e empenhamento na resolução dos graves e complexos problemas ambientais que ameaçam a qualidade e a manutenção da vida humana e a de outras espécies.

Indo ao encontro desta tendência (e necessidade) mundial, a finalidade do presente estudo é abordar a pertinência da Educação Ambiental nos programas curriculares lecionados nos cursos médios técnicos do ensino secundário angolano, e a forma como a mesma é abordada na disciplina de Formação de Atitudes Integradoras, lecionada nas 10.^a e 11.^a dos Institutos Médios Técnicos, estudando o caso dos Institutos Médios Técnicos do Cuanza Sul.

Neste processo da reforma educativa foi introduzida em 2005 a unidade curricular Formação de Atitudes Integradoras (FAI) nos Institutos Médios Técnicos, na 10.^a e 11.^a classe, onde são lecionados seis temas, um em cada um dos trimestres escolares, privilegiando o desenvolvimento de conhecimentos, de competências, de capacidades de ação e de comportamentos estruturados, visando o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos. Neste contexto, pretendeu-se neste estudo dar resposta aos seguintes problemas de investigação: *Quais serão as percepções dos professores que lecionam as temáticas ambientais nos Institutos Médio Técnicos sobre EA, qual a relevância que lhe atribuem na formação dos alunos e o que consideram sobre a necessidade de ampliação do tempo letivo desta componente de formação?*

Para se ir ao encontro de respostas que permitam elucidar os problemas de investigação identificados, foram definidos os seguintes objetivos:

- Analisar como a EA está inserida no programa curricular de FAI nos Institutos Médios Técnicos do Cuanza Sul;
- Analisar a relevância que os professores atribuem à EA na formação dos alunos;
- Identificar a necessidade de ampliação dos tempos letivos desta componente de formação e dos temas lecionados;
- Conhecer a opinião dos professores sobre como se desenvolvem as ações de EA na disciplina de FAI e quais as limitações que os mesmos encontram;
- Apresentar propostas de conteúdos de EA para incorporar na estrutura curricular de FAI nos Institutos Médios Técnicos.
- No sentido de dar cumprimento aos objetivos anteriormente definidos, foram formuladas as seguintes questões que orientaram o desenvolvimento dos trabalhos na presente investigação:
- Qual a perceção dos professores sobre a influência da disciplina de FAI nas atitudes dos jovens face ao ambiente?
- Como se diferenciam as opiniões dos professores acerca da necessidade de ampliar o número horas de leção da componente de EA?
- Quais os conteúdos de EA que poderão integrar o programa curricular da disciplina de FAI nos Institutos Médios Técnicos?
- Como se diferenciam as metodologias utilizadas pelos professores de FAI na leção de conteúdos de EA?
- Quais as dificuldades que os professores referem para o desenvolvimento de ações de EA nos Institutos Médios Técnicos?
- Qual a perceção dos professores sobre a sua própria formação para lecionar conteúdos de EA?

2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO TÉCNICO EM ANGOLA

Atualmente a Educação Ambiental (EA) é uma temática de importância indiscutível e incontornável, pois trabalha conceitos e valores que transcendem o mero respeito pelos seres vivos e pelo ambiente. Na medida em que abrange todo o ambiente em que se desenvolve também a espécie humana, ela atravessa todas as áreas da cidadania, o respeito pelo próximo, pelas diferenças intra e inter-espécies, assim como as interações dos seres vivos com o meio e, por conseguinte, as causas dessas interações.

A EA tem como finalidade contribuir para que todos os indivíduos, através de um processo de formação, adquiram os conhecimentos e desenvolvam as competências necessárias para o exercício de uma cidadania responsável, que se traduza por um sentido de participação e empenhamento na resolução dos graves e complexos problemas ambientais que ameaçam a qualidade e a manutenção da vida humana e a de outras espécies. Por isso, é uma área orientadora quanto à forma de estar e lidar com o mundo (Ferreira, 2008).

A relação entre ambiente e educação tem sido consistentemente reforçada pelas Nações Unidas e os governos, as organizações não-governamentais, as instituições científicas e de ensino superior, entre outras, têm vindo a desenvolver e programas, projetos e ações, dando visibilidade aos conceitos, objetivos e estratégias da EA, tentando encontrar soluções ou vias de mudança para os variados problemas sócio-ambientais que pesam sobre as sociedades contemporâneas (Lencastre, 1994).

Em termos de Educação Ambiental (EA), ao professor é exigido que seja um agente de promoção de valores, capaz de apoiar, de forma ativa e sustentada, os programas de promoção de desenvolvimento comunitário, que levam a um crescente bem-estar social das populações. Contudo, a concretização destes objetivos não tem sido sempre bem-sucedida (Giordan, 2001; Stevenson, 2007). De acordo com Almeida (2007a) e com Stevenson (2007), muitas vezes os currículos escolares centram-se em factos, conceitos e simples generalizações, em que o papel do professor se resume a um transmissor de conhecimento e raras vezes os alunos trabalham de forma colaborativa na resolução de problemas ambientais reais.

De acordo o Ministério de Educação de Angola (MED, 2003), a reorganização curricular ocorrida no sistema de ensino em Angola preconiza que a problemática ambiental seja abordada ao nível do Ensino Geral, nomeadamente no ensino primário e secundário, apoiando-se nos programas curriculares que afirmam a necessidade dos alunos tomarem consciência da importância do seu contributo para uma gestão regrada dos recursos.

Em Angola a Educação Ambiental teve a sua institucionalização na Lei de Bases do Ambiente (Lei n. 5/98, de 19 Junho de 1998), que considera, no seu Artigo 20.º que “a Educação Ambiental é a medida de proteção ambiental que deve acelerar e facilitar a implantação do Programa Nacional de Gestão Ambiental, através do aumento progressivo de conhecimentos da população sobre os fenómenos ecológicos, sociais e económicos que regem a sociedade humana”, considerando que a mesma deve “ser organizada de forma permanente e em campanhas sucessivas”, nomeadamente “através do sistema formal de ensino”. A partir de 2001, com a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo, iniciam-se experiências de implementação da Educação Ambiental, nomeadamente a conceção de um programa de longo prazo que previa ações direcionadas a coordenadores de disciplinas dos Institutos Médios de Educação. Neste projeto, os objetivos gerais eram: sensibilizar os professores face aos problemas ambientais; fazê-los adquirir competências indispensáveis para a utilização de métodos e recursos específicos que permitam o desenvolvimento da Educação Ambiental nas Escolas; e favorecer o desenvolvimento de uma consciência ecológica nos alunos.

A Cimeira do Milénio, organizada em 2000 pela ONU para assinalar a passagem para o novo milénio e permitir uma reflexão sobre o estado do ambiente à escala global, levou ao estabelecimento de um quadro global de desenvolvimento humano, operacionalizado através de Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), a alcançar até 2015. Com a assinatura desse documento, os países subscritores declararam o compromisso de não poupar esforços “para libertar os homens, mulheres e crianças, das condições abjetas e desumanas da pobreza extrema, à qual estão submetidos mais de 1000 milhões de seres humanos” (PNUD, 2010, p. 15). Para se alcançar este desiderato, segundo a ONU (2010), as metas propostas pelos países para cumprimento do ODM 7 apontavam para, entre outras: “integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais” (p. 52) e “inverter a atual tendência para a perda de recursos ambientais!” (p. 62).

Angola foi um dos países subscritores dos ODM e, segundo MINPLAN (2010), com isso assumiu integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais, pretendendo inverter a atual tendência para a perda de recursos ambientais, estabelecendo os indicadores e metas seguintes: a proteção das florestas e da biodiversidade, a utilização eficiente de energia e o controlo da emissão de dióxido de carbono na atmosfera (p. 64). O relatório do PNUD (2010) cita que os programas e as políticas que Angola acordou cumprir para atingir determinadas metas até 2015 são importantes para que o país possa, não só, crescer, mas também desenvolver-se e, sobretudo, proporcionar aos angolanos uma qualidade de vida e nível de desenvolvimento mais consentâneo com o nível de crescimento e com as

riquezas e potencialidades do país (p. 27). Contudo, no Terceiro Relatório de Progresso da CPLP (2012) sobre as Metas de Desenvolvimento do Milénio, salienta-se que “Angola tem potencial para atingir parte significativa dos ODM, mas fica aquém das metas mais críticas: redução dos índices da pobreza para metade” (p. 15) e observa-se que os indicadores do ODM7 estão omissos, pelo que não é possível fazer um balanço sobre a tendência para o cumprimento dos mesmos. Mais recentemente, o Embaixador de Angola na ONU (Martins, 2013), considera que Angola está muito mais próxima de alcançar os ODM e poderá avançar ainda mais nos domínios da educação pois, só um povo educado e esclarecido pode desenvolver e produzir bens e serviços indispensáveis ao seu bem-estar.

3. METODOLOGIA

Tendo em vista a recolha de dados sobre as perceções dos professores, elaborou-se um questionário, com base nos objetivos a alcançar, bem como no tipo de questões a colocar. Optou-se pela divisão do questionário em duas partes: a primeira parte com os dados pessoais, académicos e profissionais e a segunda parte com 17 questões, nas quais se pretendia saber das opiniões dos inquiridos, tais como:

- Considera que a disciplina de FAI tem influências positivas nas atitudes face à preservação do ambiente?
- Considera que o capítulo IV do manual de FAI devia ser ampliado em termos de horas de lecionação? E que aspetos (Temas) acha que deviam ser abordados na Disciplina de FAI, além das atuais?
- Considera que os professores de FAI sentem-se bem preparados, ao nível da sua formação inicial, para lecionar conteúdos de EA? Procuram e encontram disponíveis ações de formação para desenvolvimento e atualização dos seus conhecimentos nestes domínios?
- O que é para si a EA? E quais os seus objetivos?

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO DE ESTUDO

Este trabalho de investigação foi realizado com os professores que lecionam FAI nos Institutos Médios Técnicos (IMT), e um outro realizado com um grupo de alunos da 10.^a e 11.^a classes no ano letivo 2014. Foram escolhidos os quatro Institutos Médios Técnicos públicos do Cuanza Sul, da República de Angola, sendo eles: Instituto Médio Agrário da Cela, Instituto Médio Politécnico do Sumbe, Instituto Médio de Saúde e o Instituto Nacional de Petróleos. A amostra do estudo incluiu 15 docentes, correspondente à totalidade dos professores que lecionam FAI, e foi retirada de uma população de 228 professores que lecionam nos Institutos Médios Técnicos do Cuanza Sul.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados apresentados foram recolhidos através de inquéritos por questionário, aplicados entre os dias 29 de Novembro e 20 de Dezembro de 2014 aos professores que lecionam a disciplina de Formação de Atitudes Integradoras (FAI), nos Institutos Médios Técnicos do Cuanza Sul (Angola). Do total de 15 professores, obtivemos 15 respostas, o que corresponde a 100% dos inquiridos.

Na primeira parte do questionário foram recolhidos dados relativos ao género, habilitações académicas, situação profissional, tempo de serviço, funções extralectivas e horário de trabalho, os quais nos permitem caracterizar os professores inquiridos do ponto vista sócio profissional.

No quadro 1 descreve-se o grupo de professores dos Institutos Médios Técnicos do Cuanza Sul relativamente ao género. A população é constituída por 228 professores, dos quais 173 (76,0%) são do género masculino e 55 (24,0%) do género feminino. Deste universo, foram inquiridos todos os professores 15 que lecionam a disciplina de FAI e constituíram a amostra deste estudo, sendo 11 (73,0%) do sexo masculino e 4 (27,0%) do sexo feminino.

Institutos	Nº Total de Professores			Nº de Professores Inquiridos			% na amostra
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	
IMA	34	17	51	3	1	4	27%
IMPS	27	7	34	1	1	2	13%
INP	51	9	60	3	2	5	33%
IMSS	61	22	83	4	0	4	27%
Total	173(76,0%)	55(24,0%)	228	11(73,0%)	4(27,0%)	15	100%

Quadro 1: Distribuição dos Professores por Instituto e Género.

No quadro 2 apresenta-se a distribuição dos professores em função da idade, sob a forma de intervalos. Na amostra em estudo, a idade varia entre o mínimo de 31 anos e o máximo 64 anos, registados respetivamente no IMA e no IMSS. Atendendo à classificação das idades por faixa etária, 33,0% (5) dos professores apresentam até 45 anos, 26,7% (4) tem idades compreendidas entre 46 a 50 anos, há um professor com idade entre 51 e 55 anos e os restantes cinco apresentam idade superior a 55 anos. A idade média no IMA é de 39,0 anos, sendo esse valor de 47,5 anos no IMPS, 51,2 anos no INP e 57,8 anos no IMSS. Globalmente, a idade média registada é de 49,2 anos e o desvio padrão 9,9 anos.

Institutos	Distribuição das Idades dos Professores Inquiridos				Total	Média das idades por instituto
	31 a 45 anos	46 a 50 anos	51 a 55 anos	Mais de 55 anos		
IMA	3	1	0	0	4	39
IMPS	0	2	0	0	2	47,5
INP	2	0	1	2	5	51,2
IMSS	0	1	0	3	4	57,8
Total (%)	5 (33,3%)	4 (26,7%)	1 (6,7%)	5 (33,3%)	15	49,2

No quadro 3, referente às habilitações académicas, verifica-se que a maioria (73%; 11) dos professores inquiridos são licenciados, 20% (3) possuem o mestrado e 7% (1) possui apenas o bacharelato. Os quatro Institutos podem considerar-se semelhantes no que concerne às habilitações literárias dos seus docentes.

Institutos	Habilitações Académica dos Professores			Total
	Bacharel	Licenciado	Mestre	
IMA	0	3	1	4
IMPS	0	2	0	2
INP	1	3	1	5
IMSS	0	3	1	4
Total	1 (6,7%)	11 (73,3%)	3 (20,0%)	15

Quadro 3: Dados referentes às Habilitações Académicas dos Professores.

O quadro 4 caracteriza o tempo de serviço dos professores de acordo com o Instituto onde exercem funções docentes. O valor mínimo registado foi dois anos e o máximo 37 anos, respetivamente no IMA e no IMSS. De notar que o IMA é o instituto onde os professores têm menos tempo de serviço, sendo a média 7,0 anos. Segue-se o IMPS com valor médio de tempo de serviço dos seus professores de 23,0 anos, depois o INP com 26,4 anos. No IMSS o tempo de serviço médio é de 33,5 anos e destaca-se uma pequena variação entre os 29 e os 37 anos, pelo que o desvio padrão registado é de apenas 3,4 anos.

Institutos	Tempo de serviço dos Professores (anos)			
	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
IMA	2	15	7,0	5,7
IMPS	16	30	23,0	9,9
INP	12	38	26,4	12,8
IMSS	29	37	33,5	3,4

Quadro 4: Distribuição dos Professores inquiridos em relação ao Tempo de Serviço.

Os resultados que expomos no quadro 5 referem-se às questões 1, 2 e 4 do questionário, com as quais pretendemos avaliar o que pensam os professores inquiridos sobre a influência da disciplina FAI nas atitudes dos alunos face ao ambiente, qual a sua perceção sobre a relevância do capítulo IV do manual de FAI (A qualidade de vida e a preservação da natureza, o único que aborda explicitamente a problemática ambiental) em termos de lecionação, se o número de horas de lecionação desta disciplina deve aumentar e se existem os temas que deviam ser retirados na referida disciplina. Pela leitura do quadro verificamos que todos professores opinam que a disciplina de FAI tem uma influência positiva nas atitudes dos alunos face à preservação do ambiente. Quanto ao alargamento do número de horas dedicadas à lecionação do capítulo IV do manual de FAI, todos opinam favoravelmente. O número de horas a aumentar, pode ser uma hora por semana, na opinião seis professores e duas horas para os restantes nove professores. Esse alargamento deve ser feito apenas na 10.^a classe para quatro dos professores inquiridos, enquanto os restantes onze professores consideram que o capítulo IV deve alargarse à 10.^a e 11.^a classe. No que concerne aos conteúdos que devem ser retirados da disciplina de FAI, catorze dos inquiridos consideram que nenhum deve ser retirado. Há um professor que considera que devem ser retirados alguns aspetos relacionados com as tecnologias de informação e comunicação.

Institutos	Influência Atitudes Alunos	Alargamento do Cap. IV de FAI				Temas que deviam ser retirados em FAI	
	Sim	Sim	Número horas Uma Duas		10 ^a classe	10 ^a e 11 ^a classes	Nenhum
IMA	4	4	2	2	2	2	4
IMPS	2	2	1	1	0	2	2
INP	5	5	2	3	0	5	5
IMSS	4	4	1	3	2	2	3
Total	15	15	6	9	4	11	14

Quadro 5: Opinião dos Professores sobre a relevância da disciplina FAI.

No quadro 6 apresentamos a lista dos vários conteúdos indicados pelos professores inquiridos que devem ser abordados na disciplina de FAI, para além dos que constam atualmente do respetivo programa. Dos resultados obtidos, destacam-se vários assuntos relacionados com a cultura e família africana, e também temas relativos à qualidade de vida e ao ambiente, embora com menos expressão no conjunto de tópicos indicados.

Institutos	Temas
IMA	Educação Ambiental. Educação Sexual. A família africana. O soba como monarquia africana. A mentalidade feiticista. Temas da importância da verdadeira amizade e do amor ao próximo.
IMPS	Sistema de emprego e o mercado do trabalho. Prevenção e tratamento de vírus Ébola.
INP	Relação família, escola e comunidade. Aspetos das relações humanas. A religião para o resgate dos valores morais e cívicos.
IMSS	Qualidade de vida e meio ambiente. Temas ligados ao patriotismo. Valores morais e cívicos. Cultura Africana (Bantú).

Quadro 6: Propostas de Temas a incluir na disciplina FAI.

O quadro 7 diz respeito à realização de atividades com os alunos fora da escola, para trabalharem a realidade local sobre questões ambientais previstas no capítulo IV do manual de FAI e sobre os métodos que os professores consideram mais interessantes para discutir nas aulas as questões ambientais e a preservação da natureza e contribuir para formar a opinião dos alunos nestas matérias. Dos 15 professores inquiridos, apenas cinco (33,3%) dizem que realizam atividades com os alunos sobre questões ambientais fora da escola, no âmbito da realidade local, assinaladas no capítulo IV do manual de FAI.

Relativamente aos métodos utilizados para discutir as questões ambientais e a preservação da natureza, o trabalho de grupo é eleito por 53,3% (8) dos docentes inquiridos, enquanto 20% (3) preferem

jogos educacionais, 20% (3) recorre a trabalhos de grupo e a outros métodos e, por último, um professor utiliza a internet e trabalhos de grupo. Na questão aberta sobre outros métodos, foram identificados pelos professores os debates e painéis entre alunos, encarregados de educação e professores; visitas de estudo e intercâmbio de conhecimento com a comunidade ao redor da escola.

Institutos	Métodos de leção de FAI e Atividades fora da Escola					
	Atividades fora da escola		Métodos Utilizados			
	Sim	Não	Trabalho grupo	Jogos educacionais	Internet e trabalho de grupo	Trabalho de grupo e outro
IMA	2	2	3	1	0	0
IMPS	1	1	0	1	0	1
INP	1	4	3	0	1	1
IMSS	1	3	2	1	0	1
Total	5 (33,3%)	10 (66,7%)	8 (53,3%)	3 (20%)	1 (6,7%)	3 (20%)

Quadro 7: Métodos de leção de FAI e atividades fora da Escola.

Quanto aos temas ambientais mais relevantes neste capítulo de FAI e mais abordados na sala de aula e (questão 5.c)), solicitou-se aos professores que colocassem por ordem de prioridade os três conteúdos mais abordados. Analisados os resultados, verifica-se que os conteúdos mais indicados foram: conservação da natureza, poluição, aquecimento global e destruição da camada de ozono. Na figura 1 apresentamos o número de respostas obtidas de acordo com o peso que as assumem, sendo que 1 indica o tema mais abordado e 3 o terceiro tema mais abordado. Dos 15 professores inquiridos, nove (60%) colocaram a conservação da natureza em primeiro lugar, três em segundo lugar e um em terceiro lugar. A poluição foi indicada em primeiro lugar por apenas um professor, mas oito (53%) colocaram-na em segundo lugar e três em terceiro lugar. O aquecimento global foi indicado em primeiro lugar também por apenas um professor, por dois em segundo lugar e por cinco (33%) em terceiro lugar. Por último, a destruição da camada de ozono, foi mencionada por seis professores, tendo um deles considerado que é o tema mais abordado, mas os restantes cinco (33%), referiram que é o terceiro tema mais abordado. As chuvas ácidas e os derrames de crude foram indicados por apenas três professores cada.

Institutos	Motivação para desenvolver projetos de Preservação do Ambiente		
	Sim	Não	% por Instituto
IMA	2	2	50
IMPS	2	0	100
INP	3	2	60
IMSS	4	0	100
Total	11 (73,3%)	4 (26,7%)	

Quadro 8: Motivação dos Professores para projetos de Preservação do Ambiente.

No quadro 8 apresentam-se as respostas referentes à motivação dos professores para a realização de projetos relacionados com a preservação do ambiente. Dos 15 professores, 11 (73%) sentem-se motivados a desenvolver esses projetos. Se analisarmos os dados em função do Instituto, verifica-se que

100% dos professores do IMPS e 100% dos professores do IMSS estão motivados para realizar projetos de Preservação Ambiental, enquanto apenas 60% dos professores do INP e 50% dos professores do IMA indicam estar motivados para o desenvolvimento destes projetos.

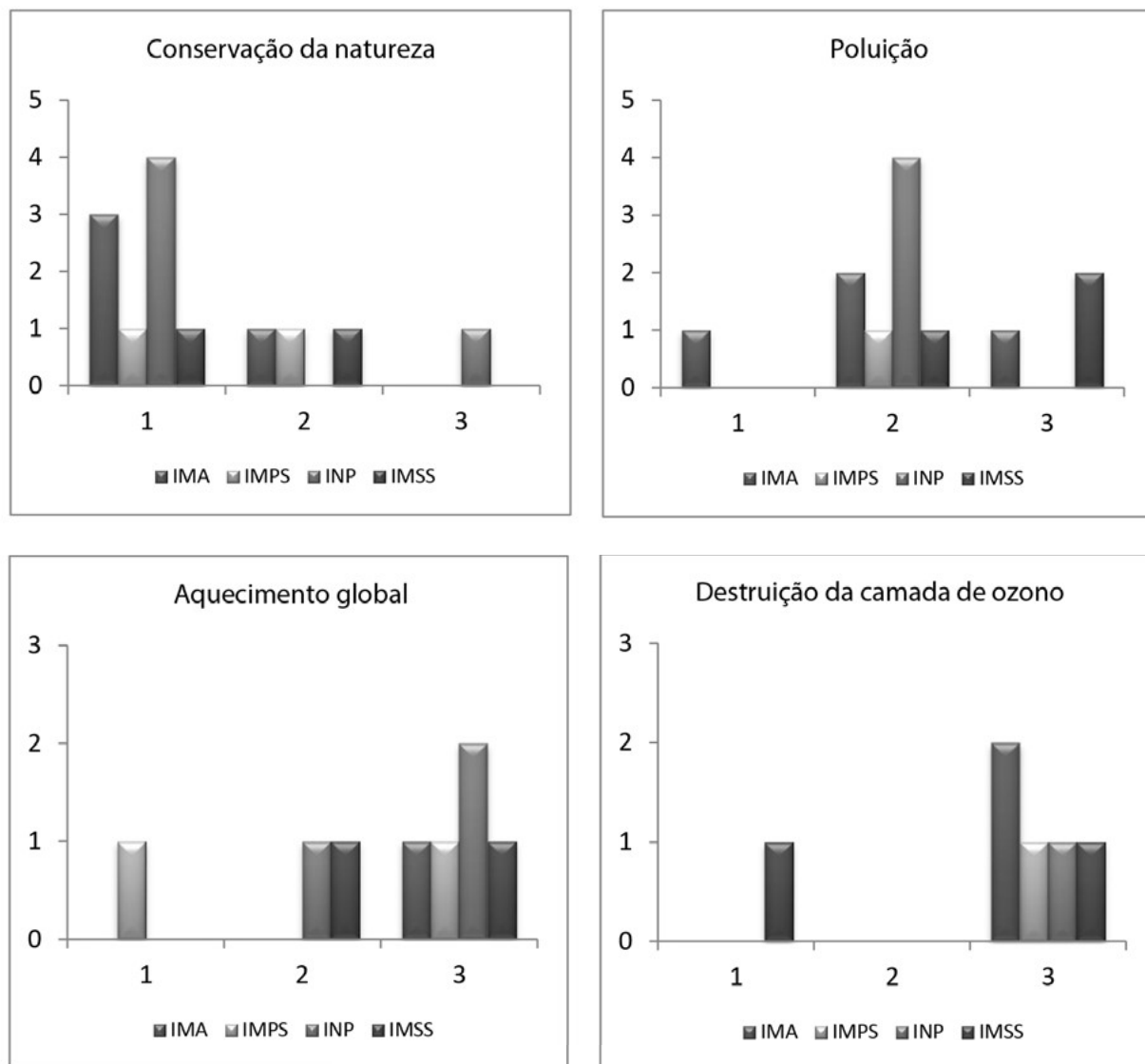


Figura 1: Importância atribuída pelos professores aos temas lecionados em FAI.

Institutos	Preparação dos Professores para lecionar conteúdos de EA		
	Sim	Não	% por Institutos
IMA	2	2	50
IMPS	1	1	50
INP	4	1	80
IMSS	1	3	33
Total	8 (53%)	7 (47%)	

Quadro 9: Percepção dos Professores sobre a sua preparação para lecionar conteúdos de EA.

No quadro 9 apresentamos a percepção dos professores sobre o seu nível de formação para a leção de conteúdos de Educação Ambiental. Apuramos que, do grupo de professores que responderem ao questionário, 53%, isto é, oito professores, responderam que o seu nível de formação inicial permite lecionar conteúdos de Educação Ambiental, enquanto 47% (7) consideram que não se sentem convenientemente preparados para essas funções. Por Instituto, 80% dos professores do INP consideram-se habilitados a lecionar tais conteúdos, descendo essa percentagem para 50% no INP e do IMPS e para apenas 33% do IMSS.

O quadro 10 indica a opinião dos professores inquiridos sobre a sua necessidade de formação complementar em áreas relacionadas com o Ambiente e a Educação Ambiental. Pela leitura das respostas obtidas, verificamos que os mesmos não interpretaram corretamente a essência da questão, preferindo responder que não existe formação em EA disponível para poderem frequentar. O que se pretendia era saber quais as razões que levam os professores a não procurarem formação complementar em áreas relacionadas com temas ambientais e EA. Quando questionados sobre a procura de formação complementar, 12 dos 15 professores, respondem que procuram esse tipo de formação, e apenas três referem não procurar. Contudo, todos os professores foram unânimes ao referir que não existem ações de formação nestas áreas. Deste modo, é importante que sejam implementadas formações na área da Educação Ambiental, pois o benefício para os professores e consequentemente para os alunos será muito maior.

Institutos	Procura de formação complementar em ambiente e EA	
	Sim	Não
IMA	2	2
IMPS	2	0
INP	4	1
IMSS	4	0
Total	12 (80%)	3 (20%)

Quadro 10: Procura de Formação Complementar em Ambiente e EA pelos Professores.

Institutos	Projetos de preservação do ambiente ocorrem forma desarticulada e isolada		Se sim, porquê?	% por Instituto
	Sim	Não		
IMA	2	2	1. A mentalidade das pessoas e as políticas do País têm pouco impacto nos assuntos ligados ao ambiente.	50
IMPS	0	2		0
INP	4	1	1. Por falta de uma boa planificação para melhor conciliação das atividades e programas curriculares. 2. Os conteúdos ministrados em sala de aula não são levados à prática, dever-se-á articular na realidade através dos programas do MINAM.	80
IMSS	2	2	1. Falta de um programa bem estruturado. 2. Porque não há formação regular	50
Total	8 (53%)	7 (47%)		

Quadro 11: Articulação entre os projetos no âmbito da Preservação do Ambiente.

No quadro 11 apresentamos a opinião dos professores sobre a articulação das iniciativas e projetos que se desenvolvem no âmbito da Preservação do Ambiente, referente à pergunta 9 do questionário. Observamos que oito (53%) professores inquiridos responderam que as iniciativas e projetos que desenvolvem na Escola no âmbito da Preservação do Ambiente acabam por ocorrer de forma isolada e desarticulada, enquanto os restantes 47% dos professores responderam o contrário. Os motivos apresentados pelos professores que responderam “sim”, estão relacionados com a falta de um programa adequado, falta de planificação, falta de formação e falta de articulação com o Ministério do Ambiente.

Mostramos no quadro 12 os resultados das respostas que os professores de FAI deram, referentes ao seu envolvimento nos projetos de Educação Ambiental e Preservação da Natureza que ocorrem na Escola. Dos 15 professores que responderam ao questionário, nove (60%) indicam que são eles que assumem a generalidade desses projetos, enquanto os restantes salientam que não são eles que tomam a iniciativa no desenvolvimento de projetos de EA.

Institutos	Iniciativa de realização de projetos de EA na Escola		% por Instituto
	Sim	Não	
IMA	4	0	100
IMPS	1	1	50
INP	3	2	60
IMS	1	3	25
Total	9 (60%)	6 (40%)	

Quadro 12: Envolvimento dos Professores nos projetos de EA que ocorrem na Escola.

Dos 15 professores inquiridos, todos são da opinião que as palestras podem ser um recurso importante para a divulgação dos conteúdos de EA junto da comunidade escolar. O quadro 13 evidencia a opinião favorável dos professores sobre a importância de EA funcionar como uma disciplina autónoma e obrigatória nos programas dos Institutos Médios Técnicos, registando-se que apenas um professor não concorda com a criação dessa disciplina. As principais razões indicadas para a sua criação são o facto de se tratar de um tema atual e de ser uma forma de criar bons hábitos nos alunos para a preservação da vida no planeta e conseqüente melhoria da qualidade de vida.

No questionário pretendíamos averiguar se os professores de FAI consideram que a EA devia ser abordada noutras disciplinas e cursos lecionados nos Institutos Médios Técnicos. Os resultados são apresentados no quadro 14, onde se pode verificar que, dos 15 professores inquiridos, 73% (11) manifestaram concordância com a questão apresentada e 27% (4) opinam que a EA não devia ser abordada noutras disciplinas e cursos dos Institutos Médios Técnicos. De notar que ambos os professores do IMPS inquiridos não concordam com a abordagem da EA noutras disciplinas. Os que concordam com a ministração de EA noutras disciplinas e cursos mencionam: Língua Portuguesa, Fitossanidade, Zootecnia, Agricultura, Trabalho de Campo, Oficinas e os Cursos de Minas e Geologia, Processamento de Gás e Refinação.

Institutos	EA disciplina autónoma		
	Sim	Não	Sim, porquê?
IMA	3	1	1. É um tema da atualidade e é prioritário para a preservação da vida no planeta. 2. Para os alunos criarem consciência dos problemas ambientais. 3. Tendo em conta a obrigatoriedade que a EA tem na responsabilidade da melhoria da qualidade de vida e preservação da flora e da fauna.
IMPS	2	0	1. Porque ajudaria a aprendizagem e a obrigatoriedade da conservação da natureza.
INP	5	0	1. Para proteger a camada do Ozono e o meio ambiente em si para dar mais qualidade de vida. 2. Por ser o meio ambiente o habitat de todos os seres vivos, o seu estudo quanto a sua preservação não deve ser superficial.
IMSS	4	0	1. Pela sua importância e na melhoria da qualidade de vida. 2. Porque os alunos devem ter noções e conhecimentos ligados a questões ambientais.
Total	14 (93%)	1 (7%)	

Quadro 13: Opinião dos Professores sobre a importância da EA funcionar como disciplina autónoma.

Institutos	Lecionação de EA noutras disciplinas e cursos		
	Sim	Não	Quais?
IMA	4	0	1. Língua Portuguesa, Fitossanidade, Zootecnia, Agricultura e Trabalho de Campo. 2. Trabalho de Campo e Oficinas 3. Disciplinas cujo tema seja pertinente como no curso de Produção animal e vegetal
IMPS	0	2	
INP	5	0	1. Nos cursos de Perfuração e Produção, Geologia, Minas, Gás, Refinação, sobretudo este, mas também os outros. 2. Cursos de Minas e Geologia. 3. Língua Portuguesa, Química, Processamento de Gás e Refinação. 4. Escola Formação de Professores e Escolas do 2.º Ciclo
IMSS	2	2	1. Enfermagem Geral, Análises Clínicas 2. Nutrição
Quadro 14: Total	11 (73%)	4 (27%)	Opinião dos Professores sobre a lecionação de EA noutros cursos.

5. DISCUSSÃO FINAL

No que concerne aos professores, a amostra em estudo é constituída por 15 professores que lecionam a disciplina de FAI, sendo do IMA, 2 do IMPS, 4 do IMSS e 5 do INP; 11 são do sexo masculino e 4 do

feminino. A idade varia entre 31 e 64 anos, sendo a idade média global 49,2 sendo o IMA o instituto com os docentes mais jovens.

A maioria dos professores inquiridos (73,3%) possui licenciatura, 20% mestrado e apenas um docente é bacharel. Quanto ao tempo de serviço, ele oscila entre 2 e 37 anos, sendo o IMSS o instituto cujos professores têm mais tempo de serviço, tendo-se registado uma média de 33,5 anos.

Para todos os professores inquiridos a disciplina de FAI tem uma influência positiva nas atitudes dos alunos face à preservação do ambiente, e todos concordam com o alargamento do tempo de lecionação do capítulo IV do manual de FAI. Quatro professores são da opinião de que alargamento deve ser feito apenas na 10.^a classe ao passo que os restantes defendem o alargamento à 10.^a e 11.^a classe. No que concerne aos conteúdos que podem ser retirados da disciplina de FAI, catorze dos inquiridos consideram o programa está bem elaborado e que nenhum conteúdo deve ser retirado. Os professores inquiridos indicaram assuntos relacionados com a cultura e família africana, assim como com qualidade de vida e meio ambiente como conteúdos a incluir na disciplina de FAI, caso se torne possível o alargamento do horário. Quanto aos conteúdos mais abordados na disciplina de FAI, os mais indicados foram: conservação da natureza, poluição, aquecimento global e destruição da camada de ozono. Dos 15 professores inquiridos apenas 5 (33,3%) realizam atividades com os alunos sobre questões ambientais fora da escola no âmbito da realidade local, no âmbito dos temas lecionados no capítulo IV do manual de FAI. As metodologias mais usadas para discutir as questões ambientais e a preservação da natureza são o trabalho de grupo e os jogos educacionais. Dos 15 professores inquiridos, 11 sentem-se motivados a desenvolver projetos ligados à preservação do ambiente. Os professores com maior predisposição para desenvolver estes projetos são os do IMPS e do IMSS.

Apuramos que do grupo de professores que participaram no estudo, 8 acha que o seu nível de formação inicial permite lecionar conteúdos de Educação Ambiental. Contudo, 12 procuram formação complementar em áreas relacionadas com o ambiente e EA para se enriquecerem, e apenas 3 referem não procurar. No entanto todos os professores foram unânimes ao referir que não existem ações de formação nestas áreas. Deste modo é importante que formações na área da Educação Ambiental sejam implementadas gerando benefício para os professores e consequentemente para os alunos.

Observamos que 8 professores inquiridos responderam que as iniciativas e projetos que desenvolvem na escola no âmbito da preservação do ambiente acabam por ocorrer de forma isolada e desarticulada. Os motivos desta desarticulação estão relacionados com a falta de um programa adequado, falta de planificação, de formação e de articulação com o Ministério do Ambiente. Os projetos de Educação Ambiental e Preservação da Natureza que ocorrem na Escola são, para 9 dos 15 professores, da sua própria iniciativa e, todos os professores inquiridos consideram as palestras um recurso importante para a divulgação de conteúdos de Educação Ambiental.

Dos 15 professores inquiridos, 14 concordam com a criação de uma disciplina de EA autónoma e obrigatória nos programas dos Institutos Médios Técnicos e as principais razões para a sua criação são o facto de se tratar de um tema atual, e ser uma forma de criar bons hábitos nos alunos para a preservação da vida no planeta e consequente melhoria da qualidade de vida. Dos 15 professores inquiridos 73% manifestaram concordância com a inclusão de EA noutras disciplinas e noutros cursos lecionados nos Institutos Médios Técnicos.

Neste estudo, com professores que lecionam FAI nos Institutos Médios Técnicos do Cuanza Sul sobressai a importância atribuída ao ambiente e à sua preservação. Em particular, todos os professores

inqueridos consideram que a disciplina de FAI tem influência positiva nas atitudes dos alunos face ao ambiente e defendem a ampliação do capítulo IV do manual.

A maioria dos professores inqueridos estão motivados para desenvolver projetos ligados a preservação do ambiente e assumem a tomada de iniciativa desses projetos nas suas escolas. Citando Pereira (2009), não nos devemos esquecer que o objetivo final dos educadores ambientais, e neste caso dos professores que ensinam Educação Ambiental, é modificar o comportamento individual perante o ambiente, através do desenvolvimento da literacia ambiental e da promoção de cidadãos cada vez mais responsáveis e atuantes. Na verdade, a Educação Ambiental é um processo sequencial que pretende aumentar o conhecimento sobre o ambiente e promover valores pró-ambientais, com o objetivo último de motivar os cidadãos a agir individualmente ou coletivamente de uma maneira ambiental conscienciosa, que equilibra as necessidades da parte social, económica e a ecológica de hoje sem comprometer as do futuro. A criação de uma disciplina autónoma e obrigatória integrada nos programas curriculares dos Institutos Médios Técnicos, também é defendida por 14 dos 15 professores inquiridos, o que reforça a ideia da interdisciplinaridade, na medida em que, mesmo sendo uma disciplina autónoma, ela pode recorrer a metodologias variadas, desde que tenha um contexto e um tempo próprios. Tem-se tornado um consenso cada vez maior que a Educação Ambiental nas escolas deve não só ser algo presente como deve ser uma disciplina autónoma crítica e abrangente, pois ela permite que os cidadãos compreendam como tudo ao seu redor é interdependente a partir de processos críticos e reflexivos que abrangem as esferas económicas, política, social e cultural.

As principais lacunas dos professores inquiridos estão relacionadas com a sua formação inicial para lecionarem conteúdos de EA e a falta de formação complementar nas temáticas relacionadas com o ambiente e a Educação Ambiental. Neste âmbito Fernandes (1983) afirma que “a necessidade de formação contínua dos professores em EA é de uma importância fundamental, sobretudo porque ao professor falta formação inicial” (p. 118). Por outro lado, este autor salienta que a falta de materiais não podem, só por si, servir de justificação para a não realização de projetos em EA.

A formação contínua dos professores pode ser determinante para a sustentação das mudanças visando designadamente a obtenção de melhores resultados escolares, mas terá que ser profundamente diferente da formação por catálogo descontextualizada, na qual foram consumidas nos últimos anos de forma pouco rentável. Segundo Filipe Zau (2000), o desenvolvimento dos recursos humanos em Angola está dependente de uma boa preparação de base das atuais e novas gerações. Para tal, há necessidade de haver professores académicos, profissional e eticamente bem formados, de acordo com a máxima “saber, saber-fazer e saber situar-se”. Contudo, um perfil adequado de formadores com a qualidade universalmente exigida, só será possível se houver um maior investimento em recursos financeiros, materiais e humanos para a promoção de uma escolarização culturalmente mais personalizada.

Há muitas recomendações para haver formação contínua de professores nas diversas áreas. A problemática do desenvolvimento dos recursos humanos no sector da Educação é complexa, mas fundamental e incontornável para o sistema educativo, no seu todo, e obviamente, para a melhoria da qualidade do ensino.

Deste modo, e em harmonia com o que se tem vindo a expor, a Lei 13/01, Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE) em Angola, identifica um subsistema de formação de professores que destaca, de entre os seus objetivos gerais, a necessidade de formar docentes com perfil adequado à materialização dos

objetivos da educação, a responsabilidade para a tarefa de educar as novas gerações e ainda a perspectiva da atualização e aperfeiçoamento permanentes dos agentes de educação.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, A. (2007a). Que papel para as Ciências da Natureza em Educação Ambiental? Discussão de ideias a partir de resultados de uma investigação. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, 6 (3), 522-537.
- CPLP (2012). Metas de Desenvolvimento do Milênio. Terceiro Relatório de Progresso - 2012. Versão Resumida - Progresso, Oportunidades e Desafios.
- Fernandes, A., Gonçalves, F., Pereira, M., & Azeiteiro, U. (2007). Educação Ambiental: características, conteúdos, objetivos e atividades práticas. O caso português. In F. Gonçalves, R. Pereira, U. M. Azeiteiro, & M. Pereira. *Atividades Práticas em Ciência e Educação Ambiental*. Lisboa: Piaget.
- Fernandes, J. A. (1983). *Manual de Educação Ambiental. Notas Técnicas*. Lisboa: Comissão Nacional do Ambiente.
- Ferreira, C. (2008). *Análise dos tópicos: Poluição e Uso de Recursos em manuais escolares: comparação entre 17 países*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho. Braga, Portugal.
- Giordan, M. (2001). O ensino de Ciências nos tempos da internet. In: A. I. Chassot & R. J. Oliveira. *Ciência, ética e educação*. São Leopoldo: Ed. Unisinos.
- Lencastre, M. (1994). *Educação e ambiente. Temas transversais. Educação, Sociedade e Culturas*. Dissertação de Douramento. Universidade do Minho.
- Martins, I. (2013) Angola está Próximo de Atingir os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. *Portugal Digital*. 19 de 09 de 2013. Consultado em 07/05/15, em <http://www.portugaldigital.com.br/lusofonia/ver/20080035>.
- MED. (2003). *Relatório Explicativo do Sistema de Educação*. Luanda: Ministério da Educação.
- MINPLAN. (2010). *Relatório sobre os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio em Angola*. Relatório. Luanda: PNUD-Angola.
- ONU. (2010). *Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*. Mem Martins: IED-Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Pereira, R. B. T. (2009). *Educação Ambiental no Ensino Básico e Secundário: Concepções de Professores e Análise de Manuais Escolares*. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- PNUD (2010). *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*. Relatório. Luanda: PNUD-Angola.
- Stevenson, R. B. (2007). Schooling and Environmental Education: contradictions in purpose and practice. *Environmental Education Research*, 13 (2), 139–153.

Legislação:

- Decreto-Lei 4/09, de 18 de maio. Lei Orgânica do Ministério do Ambiente. Consultado em 23/10/2014, em www.minamb.gov.ao/VerLegislacao.aspx?id=391
- Lei 13/01, de 31 de dezembro. Lei de Bases do Sistema Educativo. Diário da República. 1.ª Série. N.º 65.
- Lei 5/98, de 12 de junho. Lei de Bases do Ambiente. Diário da República. 1.ª Série. N.º 27.